

Currículo oculto¹ em organizações de trabalho associado²: uma educação para outra sociabilidade?

Cláudio Rodrigues da Silva – FFC – UNESP – Marília

GT 4 – Economia Solidária e Cooperativismo

Resumo

Nesta comunicação são apresentados resultados parciais de pesquisa bibliográfica e documental sobre relações sociais em Organizações de Trabalho Associado (OTAs) e tem por objetivo analisar – estabelecendo relações com as questões das emancipações política e humana – o potencial dessas organizações para a difusão e adesão a princípios e práticas do trabalho associado no sentido de educar para outra lógica de sociabilidade que não a do capital. A pesquisa tem apontado que em algumas OTAs prevalecem princípios e práticas autogestionárias, desafiando a lógica do capital, essencialmente heterogestionária, e demonstrando empiricamente aos associados e a segmentos de populações com as quais estabelecem contato que outros modelos de organização e relações sociais são possíveis.

Palavras-chave: Sociabilidade; Educação; Trabalho Associado.

Introdução

Há séculos ocorrem debates sobre se a humanidade tem ou não e, se sim, qual a sua essência; comumente é atribuída à essência humana a busca e o exercício do poder e a exploração de um ou mais segmentos ou classes por outros. Ocorrem também debates e iniciativas com vistas ao projeto/processo de mudanças conjunturais ou estruturais na formação social, resultando, entre outros, em subsídios teóricos e/ou empíricos que acirram as polêmicas sobre a precedência (ou não) de um novo ser social para haver uma outra formação social, bem como sobre a (im)possibilidade de outro modelo de organização social que não o heterogestionário. Diversas experiências históricas demonstram que a mudança de mentalidades não ocorre de forma mecanicista e abrupta, nem mesmo de maneira espontaneísta.

Considerando-se que, em tese, as OTAs adotam princípios e práticas da autogestão, qual o nível de horizontalização das relações sociais nessas organizações? Qual o potencial dos modelos de organização e funcionamento das OTAs para o processo de difusão e adesão a uma cultura pautada por princípios e práticas do trabalho associado? Quais as possíveis contribuições para o projeto/processo de emancipações política e humana?

Parte-se da hipótese de que a vivência e a participação em OTAs nas quais prevalecem relações sociais com tendências ou acentuados níveis de horizontalização das hierarquias sociais podem levar os associados e pessoas que tem relações mais próximas com OTAs e seus associados à reflexão e à (auto)conscientização da exequibilidade de outras lógicas de sociabilidade, podendo resultar em adesão a princípios e práticas autogestionárias, entre eles, a recusa às relações sociais hierárquicas verticais, o que, de

¹ Por currículo oculto são entendidos os elementos educativos presentes nas relações sociais de organizações, cujos objetivos e desdobramentos não necessariamente são objetos de reflexão intencional e consciente pelos que as vivenciam (DAL RI, 2008).

² Por organizações de trabalho associado são entendidas iniciativas de trabalhadores visando à criação de formas de trabalho não subordinadas ao capital, isto é, um “sistema de cooperação para si” (VIEITEZ; DAL RI, 2009).

alguma forma, colocaria em tela possibilidades de tentativas de rupturas com determinadas práticas e, por conseguinte, superação do atual modelo de sociabilidade.

1. Objetivo

A pesquisa tem por objetivo analisar o potencial das relações sociais, mais especificamente, os modelos de organização e funcionamento das OTAs, para a difusão da cultura de princípios e práticas da autogestão entre associados e comunidades do entorno e possíveis contribuições para uma educação para outra sociabilidade.

2. Metodologia

Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, em andamento. São entendidos por documentos os materiais em sua íntegra e sem interpretações; por bibliografia, textos escritos a partir de documentos, inclusive (SALOMON, 1999).

3. Resultados parciais

A busca por transformações na formação social e por resolução de impasses e questões sociais mais prementes em cada conjuntura é uma constante na história de diversos povos, em especial na Europa ocidental, com o desenvolvimento do capitalismo e o avanço do processo da primeira Revolução Industrial, que resultou em significativas mudanças nas forças produtivas e, por conseguinte, nas demais esferas das relações sociais. Nesse contexto, a exploração dos trabalhadores foi extremamente intensificada, resultando em condições cada vez mais degradantes de vida (HOBSBAWN, 2007; IASI, 2009).

Assim, setores das classes trabalhadoras auto-organizam de diferentes formas, na busca de alternativas, seja num plano local e imediato, seja num plano global e mediato (DAL RI; VIEITEZ, 2008; IASI, 2009). Não apenas os trabalhadores, mas outros segmentos também buscaram alternativas, inclusive com experiências empíricas, entre elas a de Owen, como outras, fadada ao fracasso (MÉSZÁROS, 2005).

Intensificam-se as polêmicas em torno da questão do socialismo utópico e do socialismo científico (ENGELS, [19-?]) e sobre a questão da precedência ou não de um novo ser social para haver uma nova formação social ou vice-versa (COELHO NETTO, 1985).

Experiências como a de Owen fracassaram, haja vista a inviabilidade prática de, de maneira isolada, se romper incondicional e definitivamente com todas as premissas da sociabilidade hegemônica (HOLLOWAY, 2003; MÉSZÁROS, 2005). Por um lado, isso acaba sendo utilizado por setores conservadores ou reacionários para desqualificar e desacreditar eventuais tentativas de superação da atual formação social. Por outro, demonstra o empenho e a capacidade da humanidade de auto-organizar e envidar esforços na busca de alternativas para suas carências e necessidades³ (HOLLOWAY, 2003).

Em certa medida, desempenharam função de uma espécie de laboratório social, pois apontaram equívocos passíveis de serem evitados, e acertos passíveis de serem aperfeiçoados, conforme cada conjuntura, além da demonstração de que a mudança de mentalidades não ocorre de maneira mecanicista e simultânea à mudança de espaço geográfico ou à mudança nominal de regime sócio-político-econômico (HOLLOWAY, 2003; MÉSZÁROS, 2005).

³ O termo carência é utilizado para fazer referência a questões vinculadas aos aspectos mais materiais propriamente ditos; já o termo necessidade, para fazer referência a questões mais “abstratas, espirituais”, distinção essa, encontrada nos próprios escritos de Marx, conforme Ranieri (2004, p. 16-17).

Iniciativas com vistas a outras lógicas de relações sociais a partir de uma perspectiva que não a do capital também ocorreram em experiências mais amplas e de maiores repercussões, em espaços geográficos e temporais e com pressupostos teóricos e objetivos diferentes, entre elas, as revoluções Francesa, Russa, Chinesa e Cubana (HOBSBAWN, 1995; 1996; 2007; HOLLOWAY, 2003).

Embora tenha havido, com respaldo dos aparatos de Estado, a implementação de políticas (auto)apresentadas como inerentes ou com vistas ao socialismo ou ao comunismo, nem todas as propostas/mudanças – inclusive aquelas que, em tese, visariam ao bem comum – ocorreram como anunciadas ou planejadas, nem foram aceitas imediata, passiva e incondicionalmente por todas as populações (HOLLOWAY, 2003).

Essas experiências demonstram que as relações entre condições objetivas e subjetivas não são mecânicas e deterministas, isto é, em se alterando aquelas, logo, seriam conseguidos os efeitos correspondentes nestas. Se, no plano econômico, as primeiras podem, em termos, ser mudadas de imediato, por meio de medidas político-administrativas ou por outras formas mais coercitivas, as segundas, mesmo que imbricadas com as primeiras, parecem ser processuais, não sendo alteradas apenas em decorrência de mudanças de sistema de governo ou de regime sócio-político-econômico (HOLLOWAY, 2003; IASI, 2009).

Demonstram ainda a multiplicidade e complexidade de fatores envolvidos nas relações sociais e, por conseguinte, em eventuais tentativas de mudanças estruturais, especialmente quando envolvem práticas e valores introjetados desde o nascimento – entre eles, as hierarquias sociais verticais e seus desdobramentos, como, a heterogestão, que leva ao recrudescimento das relações de poder, um dos pilares do capital. Segundo Vieitez e Dal Ri (2001), fatores de diversas ordens são implicados com as mentalidades das populações.

Numa possível analogia, tentar desconstruir, de um instante para outro, algo que é resultante de séculos de intenso e progressivo processo ideológico de internalização de valores, em diferentes instituições sociais – família, igreja, escola, sistema produtivo, entre outras – seria, talvez, como implodir ou explodir um grande edifício e imaginar ou esperar que os escombros e resquícios, físicos ou não, sejam eliminados imediata, total e simultaneamente à implosão ou explosão.

Apesar de, enquanto classe social, os trabalhadores nada terem a ganhar com esse modelo de formação social (MARX; ENGELS, 1988), há interesses de cunho estritamente individualistas, decorrentes de inúmeros fatores, que fazem com que certos segmentos das populações tenham interesse na continuidade e não na mudança do modelo vigente.

Isso indica a necessidade, a partir das condições objetivas, de todo um processo de educação de todas as populações, em especial dos próprios educadores (MARX, 1999; PISTRÁK, 2000), com vistas ao entendimento da dinâmica social. Há, segundo Mészáros (2005), iniciativas que podem ajudar a adiantar ou a atrasar o processo de mudanças na formação social.

As classes dominantes tem à disposição todos os aparatos ideológicos e repressivos do Estado para manterem sua hegemonia e dominação. Não raramente, certos valores, assumidos como próprios pelas classes trabalhadoras, são valores dominantes (MARX; ENGELS, 1999), o que, em termos, parece dificultar ainda mais o processo de superação ou ruptura incondicional e imediata com certos valores inerentes à respectiva formação social. Comumente, certas lutas e movimentos das classes dominadas são pautados pelas carências mais imediatas de sobrevivência, portanto, restritos a alguns aspectos mais superficiais ou conjunturais (DAL RI, 1997).

A assunção, pelas classes dominadas, dos valores dominantes e consequente aversão a propostas que visam a mudanças estruturais parecem favorecidas ainda mais pelo fato de as classes dominantes empregarem inúmeras estratégias político-ideológicas, entre eles o uso, para fins de exemplificação, do socialismo histórico, em especial no que tange às relações de poder, para convencer as populações de que, literal e definitivamente, socialismo/comunismo é o que ocorreu na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e faliu; é o que ocorreu/ocorre em Cuba e China, e o destino corrige o rumo da história, levando de volta esses países ao único modelo de sociabilidade possível, o do capital (HOLLOWAY, 2003; MÉSZÁROS, 2002; VIEITEZ; DAL RI, 2009).

A ampla maioria das populações, até mesmo pelo cerceamento do acesso a fontes de conhecimentos históricos que não na perspectiva dominante e a notícias que não as veiculadas pelas grandes corporações transnacionais de comunicações (GUARESCHI, 2001) é, não raramente, convencida dos perigos, impossibilidade ou insanidade de se pensar outra lógica de sociabilidade que não tenha por objetivo central a disputa e o exercício do poder e a exploração de grupo(s) por outro(s), apesar dos descontentamentos com o modelo capitalista (HOLLOWAY, 2003), comumente resultando na adesão ao “não há alternativas” (MÉSZÁROS, 2002). Nessa perspectiva, a única alternativa para reduzir os efeitos ou sair da condição de oprimido ou explorado é, por diferentes formas e a qualquer custo, tentar ascender socialmente e ocupar a posição inversa, estabelecendo um ciclo de reprodução das relações de poder.

Como consequência da exposição, desde a mais tenra idade, nos diferentes aparatos ideológicos de Estado, a esse processo de inculcação ideológica de que “não há alternativas” (MÉSZÁROS, 2002), são tornadas ainda mais difíceis tentativas de diálogos e medidas práticas entre as classes dominadas no sentido de se tentar superar a atual formação social, especialmente quando são colocados em xeque práticas e (des)valores – por exemplo, a dominação e a exploração da humanidade por setores dela mesma – apresentados pelas classes dominantes como a-históricos e como se fossem inerentes à essência/natureza da humanidade, o que refletiria a/na atual formação social.

Dessa forma, a divisão entre classes sociais e seus desdobramentos são naturalizados, apresentados como a-históricos e imutáveis e, transformações estruturais, apresentadas como impossíveis ou mesmo impensáveis. Tentativas de mudanças, sejam elas conjunturais ou estruturais, em especial envolvendo a horizontalização das relações de poder, parecem inviáveis até mesmo de serem debatidas com significativo percentual das populações, fato esse, às vezes, deliberadamente ignorado ou não suficientemente considerado por setores das (auto)denominadas lideranças ou vanguardas.

Um indicativo dessa inviabilidade é uma espécie de distanciamento mútuo entre a ampla maioria das populações e partidos políticos, sindicatos e outras organizações que tem – ou dizem ter – em vista outra formação social, uma vez que essas organizações são apresentadas e vistas como grupos que questionam não as relações de poder, mas, sim, os ocupantes do poder. E, mesmo quando relações sociais horizontais é objetivo comum, há divergências quanto ao processo para atingir esse objetivo.

Entretanto, segmentos das classes trabalhadoras, organizados em OTAs rompem com a praxe do “não há alternativas” (MÉSZÁROS, 2002) e de apenas apontar as contradições e determinantes conjunturais ou estruturais e, dentro das condições objetivas, saem de uma espécie de imobilismo (auto)induzido, deixam de ficar restritos ao plano reativo, adotam medidas no sentido de, ao mesmo tempo, suprir carências mais urgentes dos associados, sem, no entanto, perderem de vista os planos e necessidades menos imediatos e pragmáticos (VIEITEZ; DAL RI, 2009). Ou seja, tem em vista não só a sobrevivência física dos associados e da própria organização, mas também a redução ou

eliminação das diversas formas de hierarquias sociais verticais (acadêmicas, étnicas, sexuais, entre outras), o que tem significativos impactos nas relações sociais, principalmente quanto à organização do trabalho.

Algumas OTAs contribuem demonstrando empiricamente que parece inviável, por meio unicamente de experiências e iniciativas isoladas, a ruptura incondicional e definitiva com a lógica do capital. Ao mesmo tempo, colocam a superação no campo das possibilidades possíveis, ao apontar contradições e pontos sensíveis do sistema sócio-político-econômico vigente, assim como a capacidade de auto-organização e estratégias utilizadas pelos associados para enfrentar as adversidades. Demonstram ainda que, embora algumas sejam originária e unanimemente concebidas como autogestionárias, há circunstâncias em que parcelas de associados recorrem a princípios e práticas inerentes à heterogestão, mais um indicativo do caráter complexo e processual da mudança de mentalidades (ARIOSI; DAL RI, 2004; VIEITEZ; DAL RI, 2001; 2009).

Nesse sentido, um dos principais pontos fortes das OTAs são as relações sociais entre os associados – uma espécie de currículo oculto, importante componente educativo (DAL RI; VIEITEZ, 2008; VIEITEZ; DAL RI, 2009) –, pois, por intermédio delas, inclusive, demonstram e ensinam, para além de abstrações e do plano discursivo, que outra lógica de sociabilidade que não a da heterogestão é possível, fornecendo subsídios teórico-práticos para análises as mais diversas, e também para uma práxis – recorrendo a Sánchez Vázquez (2007) – “criadora” e “reflexiva”.

Porém, experiências autogestionárias, em especial as mais radicais, são raras e enfrentam inúmeras adversidades, tanto para serem criadas, quanto para serem mantidas em funcionamento, pois, em última instância, vão de encontro à lógica do capital, essencialmente heterogestionária (GUTIERREZ, 1983; MÉSZÁROS, 2002; VIEITEZ; DAL RI, 2009). Essas adversidades são agravadas, dado o crescente processo de mercantilização de praticamente todas as instâncias e relações sociais (APPLE, 2005; TORRES SANTOMÉ, 2003; WALLERSTEIN, 1985).

Há, em diferentes países do mundo, experiências autogestionárias as mais diversas, seja no tocante a áreas de atuação, seja em níveis de autonomia, participação dos associados, horizontalização das hierarquias sociais, além de referenciais político-ideológicos. Há tanto organizações concebidas numa perspectiva do autogoverno, quanto organizações originariamente heterogestionárias, em especial fábricas falidas – ou em vias de – que foram tomadas por seus trabalhadores, sendo convertidas em empresas de autogestão, rompendo, dentro das condições objetivas, com a lógica da heterogestão, o que tem/pode ter diversas implicações, em especial no que toca à organização do trabalho e à sociabilidade, para seus trabalhadores e também para outras comunidades (ARIOSI; DAL RI, 2004; VIEITEZ; DAL RI, 2009).

No Brasil, uma das principais e mais significativas experiências numa perspectiva autogestionária tem sido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que apresenta conquistas e avanços significativos e tem entre seus pressupostos a luta de classes e o socialismo (DAL RI; VIEITEZ, 2008).

Há também OTAs que, com menor expressão em âmbito nacional, ao menos não declarada e intencionalmente, não tem entre seus pressupostos a luta de classes, nem entre seus objetivos mudanças no modelo de formação social, porém, por adotarem princípios e práticas da autogestão, de certa forma, acabam por se aproximar, em especial no que toca aos princípios democráticos, de OTAs que se pautam pela luta de classes (DAL RI; VIEITEZ, 2008). Em ambos os casos, já se configura, ao menos num plano imediato, recusa a um dos pilares fundantes do capital, o trabalho estranhado (HOLLOWAY, 2003; RANIERI, 2004).

Todavia, tendo ou não como pressuposto a luta de classes, as OTAs, em última instância, desafiam a lógica hegemônica, pautada pela heterogestão e pelas hierarquias sociais verticais e pela exploração da humanidade por segmentos da própria humanidade. São formas de desacato, dentro dos marcos legais, à ordem estabelecida, o que as coloca [na iminência de integrarem ou] no rol de possíveis ameaças ao modo de organização e funcionamento do sistema produtivo, em especial pelo modelo de organização do trabalho por elas adotado (DAL RI; VIEITEZ, 2008; HOLLOWAY, 2003). Segundo Gutierrez (1983), organizações autogestionárias, no capital, só podem ser toleradas enquanto experiências isoladas.

4. Algumas notas à luz de textos de Marx e de Engels

Se por um lado, dependendo da interpretação que se fizer de excertos, por exemplo, d'*A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 1999), pode parecer fora de cogitação pensar um novo ser social, numa velha – ou atual – formação social, haja vista as imbricações entre estrutura e superestrutura, por outro lado, a necessidade da busca por transformações sociais é recorrente em escritos de Marx. Em termos efetivos, como se dá a relação entre estrutura e superestrutura?

Verifica-se infundada a histórica tentativa, inclusive de setores (auto)denominados socialistas, comunistas, entre outros, de desqualificação ou desprezo, pela auto-organização de trabalhadores em associações ou cooperativas sob a argumentação de que seriam/são capitalistas ou exploradores de si próprios, reformistas e, não raramente, comparados aos socialistas utópicos – por cujas formulações, Marx (2004) demonstra e cobra certo respeito, apesar das profundas discordâncias.

Algumas OTAs, em especial aquelas que tem entre seus pressupostos superação da sociedade de classes, colocam na ordem do dia, no plano empírico, questões-chave que perpassam os escritos de Marx e Engels, em diferentes fases de suas vidas.

Apesar das contradições e inúmeras dificuldades, algumas organizações, dentro da ordem capitalista, desafiam a lógica hegemônica, e colocam em prática – ou ao menos tentam fazê-lo – outras concepções de propriedade, trabalho, de organização e gestão, o que, em alguma medida, apontam no sentido de superação das relações sociais hierárquicas verticais e seus desdobramentos, entre eles, o trabalho estranhado, a heterogestão, a concorrência dos trabalhadores entre si, aspectos esses, em última instância, imbricados e ressaltados recorrente e explicitamente por Marx e Engels como fundamentais para a configuração da formação social vigente (MARX, 2004; 2008; MARX; ENGELS, 1988; 1999).

Numa interpretação a partir de escritos de marxianos, pode-se inferir o potencial das relações sociais em organizações em que não há exploração de trabalho alheio, uma vez que, no regime capitalista, os que “[...] trabalham não lucram e os que lucram não trabalham. Toda a objeção se reduz a essa tautologia: não haverá mais trabalho assalariado quando não mais existir capital.” (MARX; ENGELS, 1988, p. 54).

Em outras palavras, apesar das contradições, as relações sociais estabelecidas em algumas organizações parecem apontar no sentido da “negação da negação”:

Mas a produção capitalista gera sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural. É a negação da negação. Esta segunda negação não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual tendo por fundamento a conquista da era capitalista: a cooperação e a posse comum do solo e dos meios de produção gerados pelo próprio trabalho. (MARX, 2008, p. 877)

5. Numa perspectiva gramsciana...

De certa forma, dadas as condições precárias de vida, a participação da ampla maioria das classes trabalhadoras em OTAs, como, por exemplo, cooperativas, é tornada inviável, haja vista a existência de restrições de diferentes ordens, tais como, regulamentos internos das próprias organizações e, principalmente, a necessidade de algum capital financeiro inicial para constituir uma cooperativa ou mesmo para se tornar associado, dependendo principalmente do segmento de atividade da organização.

Dessa forma, outras possibilidades de vivências de relações sociais que demonstrem que outras lógicas de sociabilidade são possíveis é a participação em movimentos sociais, cujos modelos de organização sejam ou tenham acentuada tendência autogestionária, colocando, assim, em xeque a tese de que a única forma de organização social concebível e exequível é a heterogestionária, fundamental para as relações capitalistas de produção (HOLLOWAY, 2003; MÉSZÁROS, 2002; VIEITEZ; DAL RI, 2009). De alguma maneira, mesmo aquelas organizações que, ainda que de forma incipiente, adotam práticas que apontam no sentido de relações sociais horizontais e de participação direta parecem colaborar para esse processo de superação.

Movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outros, podem exercer importante função na educação das classes trabalhadoras, servindo, inclusive, de complemento e contraponto à educação formal público-estatal que, no Brasil, em linhas gerais, não contribui nem para a emancipação política das classes trabalhadoras, nem para o processo de emancipação humana.

Conforme Gruppi (1978, p. 67-68),

As classes sociais, dominadas ou subalternas – como diz Gramsci –, participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes corresponde à função histórica delas, e não aos interesses e à função histórica – ainda inconsciente – das classes subalternas. Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia. Um desses canais é a escola.

Ainda segundo esse autor (1978, p. 68-69),

Mas, se as classes subalternas são dominadas por uma ideologia que as atinge através de mil canais, sob a ação das classes dominantes, o fato é que as necessidades efetivas, as reivindicações, inclusive relativamente espontâneas, das classes subalternas impulsionam tais classes a ações, a lutas e movimentos, a um comportamento mais geral que entra em contradição com a concepção do mundo na qual elas foram educadas.

Em especial pela adoção do trabalho como princípio educativo, bem como sua forma de organização e gestão, alguns movimentos sociais são importantes para o processo de emancipação de seus integrantes. No entendimento de Dal Ri e Vieitez (2009, p. 301),

Para a concepção contra-hegemônica, o trabalho é um princípio educativo, no sentido de proporcionar aos sujeitos uma formação integral. Essa formação integral significa elevar os sujeitos da condição de executores à de dirigentes, ou seja, num processo de integração entre as funções manuais, técnicas e de direção ou intelectuais. Como aponta Gramsci (1970), a integração dessas funções acena para a possibilidade de recomposição do humanismo. Gramsci sintetiza esse novo humanismo

na formulação de que o intelectual renovado deve ser ao mesmo tempo dirigente, criador, educador e especialista.

São inúmeras e intensas as dificuldades enfrentadas por algumas organizações, dificuldades essas tanto de ordem financeira propriamente dita, quanto de ordem cultural (ARIOSI; DAL RI, 2004), haja vista que, desde o nascimento, salvo raras exceções, as classes trabalhadoras são expostas a um constante e intensivo processo de internalização da concepção heterogestionária de mundo.

Isso parece tornar oportuno o recurso a uma formulação de Marx para tentar fazer inferências sobre o potencial das OTAs no processo de transformação social, o que poderia fornecer subsídios para possíveis táticas e estratégias para as ações das classes trabalhadoras com vistas a outra formação social.

A transformação da propriedade particular esparsa, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade privada capitalista constitui, naturalmente, um processo muito mais longo, mais duro e mais difícil que a transformação em propriedade social da propriedade capitalista que efetivamente já se baseia sobre um modo coletivo de produção. Antes, houve a expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; hoje, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo. (2008, p. 877)

Por isso a importância das experiências autogestionárias, bem como a possibilidade de acesso e permanência das classes trabalhadoras nessas organizações, com vistas à (auto)educação a partir de outra lógica, que não a da heterogestão, experiências essas que poderão demonstrar ou dar indicativos dos limites de determinadas iniciativas, entre elas, as das OTAs, cujas dificuldades enfrentadas são decorrências principalmente do fato de se contraporem, de diferentes formas e em variadas instâncias da vida, à ordem hegemônica. Segundo Gramsci (1982, p. 139), é

[...] preciso resistir à tendência a tornar fácil o que não pode sê-lo sem ser desnaturado. Se se quiser criar uma nova camada de intelectuais, chegando às mais altas especializações, própria de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, será preciso superar dificuldades inauditas.

Conclusão

A pesquisa bibliográfica tem apontado que, apesar de o trabalho associado ser visto e apresentado como inclusive por setores (auto)denominados socialistas, comunistas, entre outros, pode ser uma forma, se não de promover a união dos – ou de segmentos de – trabalhadores, de reduzir a desunião (ou seu agravamento), talvez sensibilizando-os para a solidariedade mútua.

Aponta também que, na atual conjuntura, parece haver uma espécie de crise de perspectivas para ações com vistas à superação da atual sociabilidade e, enquanto algumas parcelas de sindicatos, partidos políticos, acadêmicos, entre outros, (auto)apresentados socialistas, comunistas, restringem-se a denunciar as determinantes estruturais, algumas OTAs, apesar das adversidades, partem das condições reais e atuais e, dentro das possibilidades, adotam relações sociais horizontais, o que pode ter implicações diversas, já que pode resultar num esforço dos associados na tentativa de ruptura ou superação de valores e práticas inerentes à heterogestão, com riscos desdobramentos diversos, inclusive a recusa às relações sociais verticais.

As OTAs podem auxiliar, no plano empírico, a elucidar ou aumentar polêmicas sobre se a humanidade tem uma essência, polêmicas essas polarizadas e sintetizadas, por um lado, na tese recorrente – segundo Monteiro (1997), a partir de interpretações de

escritos hobbesianos (2002) – de que a humanidade é, por essência, loba dela mesma e, por outro lado, na que remete a Rousseau (1973), para quem a humanidade refletiria a formação social, tese esta que se desdobra, pois, se a humanidade é decorrência da formação social, esta é decorrência de quem/do quê? Há precedência ou esses fatores são/devem ser simultâneos e imbricados? Apesar de parecer ou ser interpretado como um debate de menor importância, são argumentos utilizados para tentar naturalizar o atual modelo de formação social e que permeiam o entendimento de significativos percentuais das populações, o que tem sérias implicações para o processo de adesão ou não a propostas de transformações sociais radicais.

Trata-se de um tema atual, com potencial de importante contribuição para/com diferentes áreas de conhecimento, com vistas a outra lógica de relações sociais, já que mesmo segmentos que se propõem a isto, comumente costumam ficar no plano discursivo, alegando dificuldades ou impedimentos estruturais, não indo além do denunciamento. Em se tratando de mudança de sociabilidade, não se deve esperar as condições ideais, mas, sim, partir das condições reais, mesmo porque, eventual mudança terá de ser feita com e pelos próprias populações, dentro e a partir do atual modelo de formação social (MÉSZÁROS, 2002; 2005). Isso parece ser o que algumas OTAs, com perspectivas ou não de superação da sociedade de classes, estão fazendo, tentando ou indiretamente ajudando a fazer. Entretanto, não se pode deixar de considerar os múltiplos e complexos fatores imbricados com o processo/projeto de emancipações política e humana, o que implica considerar as contradições, ou seja, nem descartar como se as iniciativas de determinadas OTAs fossem unicamente reiterativas, nem fazer apologia *a priori* e incondicionalmente, como se fossem uma espécie de panacéia.

Bibliografia

- APPLE, M. W. *Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ARIOSI, C. M.; DAL RI, N. M. Democracia, participação e poder no cooperativismo educacional. *ORG & DEMO*, Marília, v. 5, n. 2, p. 79-104, 2004.
- COELHO NETO, J. T. *O que é utopia?*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAL RI, N. M. *Sindicato, autonomia e gestão democrática na universidade*. 1997. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. Trabalho como princípio educativo e práxis político-pedagógica. In: MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P.; MILLER, S. *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. Araraquara: Junqueira & Marin; Marília: Cultura Acadêmica, 2009. p. 253-305.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Moraes, [19-?].
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais orgânicos e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRUPPI, L. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUARESCHI, P. A. *Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- GUTIERREZ, G. L. *Autogestão e condições modernas de produção*. 1983. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- HOBBS, T. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- HOBBSAWN, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhias das Letras, 1995.
- HOBBSAWN, E. J. *A era das revoluções: Europa 1789- 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder – o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viamundo, 2003.
- IASI, M. L. As revoluções do século XIX e a poesia do futuro. In: MARX, K. *A revolução antes da revolução*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 7-34.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I, volumes 1 e 2.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 10-14.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã (I-Feuerbach)*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, K; ENGELS, F. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Vozes, 1988.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONTEIRO, J. P. Vida e obra. In: HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 5-17.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- RANIERI, J. Apresentação. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 11-17.
- ROUSSEAU, J.-J. Do contrato social ou princípios do direito político. In: ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social, Ensaio sobre a origem das línguas, Discurso sobre as ciências e as artes e Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 7-151.
- SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. 9. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SÁNCHEZ VÁZQUES, A. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- TORRES SANTOMÉ, J. *A educação em tempos de neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação*. Araraquara: Junqueira & Marin; Marília: Grupo O&D, 2009.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Transcendência do trabalho alienado, educação e trabalho associado na América Latina. *Revista Acadêmica PROCOAS-AUGM*, v. 1, p. 21-47, 2009.
- WALLERSTEIN, I. M. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.